CONGRESSO NA MIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 29

07 A 11 DE JULHO DE 2025

FENAJUD
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

61 3321 0242/5349 FENAJUD.ORG.BR
SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9° andar, sala 903 - Brasília-DF
@fenajud

CONJUNTURA POLÍTICA

No **Executivo**, o presidente Lula participa nesta segunda-feira (07) do encerramento da **Cúpula do Brics** e deve retornar a Brasília ao final do dia. O governo também busca retomar o diálogo com o Congresso Nacional, em meio à repercussão da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os decretos do Executivo sobre o IOF, além da aprovação pelo Legislativo do projeto que anulou a medida assinada pelo presidente.

No **Congresso Nacional**, destaca-se a audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que ocorrerá na terça-feira (08), às 14h30, com a presença da **Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet**. O objetivo é apresentar e debater as diretrizes e prioridades do **Projeto de Lei Orçamentária (LDO) para 2026**.

Na **Câmara dos Deputados**, a semana será marcada por debates e votações, especialmente, sobre a **Reforma Administrativa**. O Grupo de Trabalho realiza duas **audiências públicas** nesta semana. Na **terça-feira (08)**, às 14h, será discutido o impacto da reforma nas **carreiras transversais e estratégicas**. Já na **quarta-feira (09)**, às 14h, o debate será com a participação da **Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck**, e representantes do Poder Executivo.

Ainda sobre esta temática, a **Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)** também se reúne na **terça-feira (08)**, às 14h, para deliberar a pauta, com destaque para o requerimento que propõe a realização de um **ciclo de seis audiências públicas** com o objetivo de aprofundar o debate sobre temas estruturantes e estratégicos para o **serviço público**.

Além disso, deverão ser votados os PL 7614/2014 e o PL 2556/2021, ambos tratam sobre mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam **tomar posse em cargos públicos.**

Também na terça-feira, a **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**, pode deliberar o PL 5320/2019, que torna **impenhoráveis vencimentos, aposentadorias, pensões, pecúlios e outros benefícios**; e o PL 2447/2022, que trata do **acúmulo da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS)** para servidores do **Poder Judiciário da União**, relatado pelo deputado **Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG)**;

Outro destaque na **CCJC**, é a possível votação da admissibilidade da PEC 18/2025, que altera diversos dispositivos constitucionais para tratar das **competências dos entes federativos na área de segurança pública**.

Neste dia, por fim, está prevista na **Comissão Especial sobre Limite de Precatórios e Débitos Previdenciários (PEC 66/2023)**, sessão de discussão e votação do parecer do relator, **deputado Baleia Rossi (MDB/SP)**.

Na quarta-feira (09), das **08h às 18h**, ocorre o **Seminário "A Reforma Administrativa"**, promovido pela **Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público**, no **Auditório Nereu Ramos**, reunindo parlamentares, especialistas e entidades do setor público, para discutir os impactos da reforma sobre o serviço público e a sociedade.

No **Senado Federal**, a expectativa segue em torno das **articulações entre governo e Congresso** e do andamento de pautas legislativas em função da proximidade do **recesso parlamentar**.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONGRESSO NACIONAL

CMO realiza audiência pública com Ministra do Planejamento e Orçamento: após ser cancelada na última semana, a Comissão Mista de Orçamento realizará audiência pública nesta terça-feira (08), às 14h30, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e por meio da plataforma Zoom (virtualmente), para receber a Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento. A audiência terá como objetivo a apresentação e o debate sobre as diretrizes e prioridades do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026. Acompanhe a reunião aqui.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GT debate Reforma Administrativa com foco em carreiras estratégicas: está na pauta desta terça-feira (08), às 14h, no plenário 10, Anexo II, do Grupo de Trabalho destinado a discutir a Reforma Administrativa (GTREFADM), audiência pública com o tema "Reforma Administrativa: Carreiras Transversais e Estratégicas". Acompanhe a audiência aqui.

CASP vota a realização de ciclo de audiências públicas com carreiras do serviço público para debater a Reforma Administrativa: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (08), às

14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o REQ 57/2025, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), que requer a realização de um **ciclo de seis audiências públicas com foco em temas estruturantes e estratégicos para o aprimoramento do serviço público**, com participação de especialistas, gestores, entidades sindicais e representantes da sociedade civil organizada. Constam como convidados:

Gestão e Avaliação de Desempenho no Setor Público

- Renata Vilhena (República.ORG);
- Rudinei Marques (FONACATE e UNACON Sindical);
- Jessika Moreira (Movimento Pessoas à Frente);
- José Celso Cardoso Júnior (SGP/MGI);
- Elizabeth Sousa Cagliari Hernandes (ANESP).

Negociação Coletiva no Serviço Público

- BoB Machado (SINAIT);
- Dão Real dos Santos (SINDIFISCO Nacional);
- Jose Lopez Feijóo (SRT/MGI);
- Alfredo Nascimento (AACE);
- Alessandra Barros (INTELIS).

Regulamentação do Teletrabalho no Serviço Público

- Fabio Faiad Bottini (SINAL);
- Janus Pablo Fonseca de Macedo (ANFFA Sindical);
- Rodrigo Keidel Spada (FEBRAFITE e AFRESP);
- Julienne Guerra (Sindsusep);
- Regina Coelho (SGP/MGI).

Contribuição dos Inativos (PEC 6/2024 e PEC 555/2006)

- Maria Santíssima Marques (ANPPREV);
- Miguel Arcanjo Simas Nôvo (ANFIP);
- Mauro José Silva (UNAFISCO);
- Tânia Prado (FENADEPOL);
- Enoque Venancio de Freitas (SINPOL-DF);
- Representante do Sindilegis.

Governo Digital e I.A.

- Representante do SINSSP;
- Thaisse Craveiro (ANTC);
- Ana Carolline Ribeiro Tupinambá (ASBRAPP);
- Oswaldo Molarino (SINDCVM);
- Representante da Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Regulamentação dos Supersalários
- Ana Paula Moreira (AFIPEA Sindical);
- Representante do FONACATE;
- Thaisse Craveiro (ANTC);
- Francelino Valença (FENAFISCO);
- Representante da República.ORG.

CASP vota impedimento de posse em cargo público para condenados por violência doméstica: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (08), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o substitutivo da deputada Delegada Ione (AVANTE/MG) favorável ao PL 7614/2014, que veda o acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, à pessoa que tenha praticado crime nos termos da Lei Maria da Penha.

No mesmo sentido, também será apreciado substitutivo da parlamentar ao PL 2556/2021, que cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta.

GT debate Reforma Administrativa com Ministra Esther Dweck e representantes do Executivo: está marcada para esta quarta-feira (09), às 14h, no plenário 13, Anexo II, reunião do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa (GTREFADM), com a realização de audiência pública sobre o tema "Reforma Administrativa: Representantes das Esferas do Poder Executivo". Estão entre os convidados confirmados a ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, e o prefeito de Salvador, Bruno Reis. O governador Eduardo Leite também foi convidado. Acompanhe a reunião aqui.

PODER JUDICIÁRIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acumulo da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) para servidores do Poder Judiciário está na pauta da CCJC: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (08), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o PL 2447/2022, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos

Servidores do Poder judiciário da União e dá outras providências. O projeto é relatado pelo Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), que apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa à matéria e pela inconstitucionalidade das emendas apresentadas na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

SENADO FEDERAL

CCJ analisa reestruturação da Justiça Federal da 1ª Região: está na pauta desta quarta-feira (09), às 09h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PL 2/2025 que reestrutura cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região; e cria a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí. O relator, senador Marcelo Castro (MDB/PI), apresentou parecer pela aprovação da matéria.

CCJ delibera sobre consolidação das normas eleitorais e processuais: está na pauta desta quarta feira (09), às 09h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PLP 112/2021 que dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras. O relator, senador Marcelo Castro (MDB/PI), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 259, 267, 283, 293, 298, 301, 302, 303, 314 e 315 e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 18, 192, 238, 242, 245, 246, 249, 253, 255, 257, 274, 278, 281, 284, 287, 289, 295, 299, 317, 320, 322, 323, 324, 325 e 331, e contrário às demais, nos termos do substitutivo que apresenta.

DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CE vota garantia de tempo extra para pessoa com autismo em provas de concurso: a Comissão de Educação (CE) se reúne nesta quarta-feira (09), às 10h, no anexo II, Plenário 10, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o parecer da deputada Soraya Santos (PL/RJ) pela aprovação do PL 4848/2023 na forma do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva. A proposta altera a Lei nº 12.764/12, para conceder tempo adicional para a realização de provas em concursos, exames ou processos seletivos, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na forma que especifica.

PREVIDÊNCIA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC poderá votar projeto que torna impenhorável os vencimentos e diversos outras pecúnias: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (08), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o PL 5320/2019, que institui o Código de Processo Civil, para tornar absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, o seguro de vida, a pequena propriedade rural e outros. O parecer do deputado Helder Salomão (PT/ES) é pela aprovação com substitutivo.

Comissão Especial Sobre Limite Precatório e Débitos Previdenciários (PEC 066/23) poderá votar o parecer do relator: a Comissão Especial sobre Limites Precatórios e Débitos Previdenciários (PEC 66/23), realizará sessão de deliberação, nesta terça-feira (08), às 14h, com local a definir, com vistas à discussão e votação do parecer, que deverá ser apresentado pelo relator, deputado Baleia Rossi (MDB/SP). Acompanhe a reunião aqui.

SEGURANÇA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC da Segurança Pública está na pauta da CCJC: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na quarta-feira (19), às 10h, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar a admissibilidade da PEC 18/2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. A matéria aguarda apresentação de parecer, que deve ser sobre a análise de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.